



# DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 11 de setembro de 2013

## PODER EXECUTIVO

### PROJETO DE LEI

Introduz alterações à Lei nº 6.569/09 que "regulamenta a jornada dos médicos plantonistas, bem como a realização de plantões pelos médicos da Rede Pública Municipal de Saúde, revoga a Lei nº 5.326/03 e dá outras providências", a fim de majorar os valores dos adicionais de plantão concedidos aos médicos conforme especifica.

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 6.569, de 27 de outubro de 2.009, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Os plantões realizados pelo médico plantonista serão em número mínimo de 08 (oito) no mês, sendo que cada plantão será de 12 (doze) horas e, na semana, será obrigatória a realização de no mínimo 02 (dois) plantões, sendo a remuneração correspondente a cada plantão calculada com base na referência P-A da Tabela de Salários dos Funcionários da Prefeitura do Município de Piracicaba, acrescido do adicional de plantão, conforme segue:

I - plantões realizados de segunda a sexta-feira, exceto feriados: acréscimo correspondente a R\$ 219,13 (duzentos e dezenove reais e treze centavos) por plantão de 12 horas;

II - plantões realizados aos sábados, domingos e feriados: acréscimo correspondente a R\$ 261,96 (duzentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos) por plantão de 12 horas;

III - A partir do 09º (nono) plantão realizado por médico plantonista no mês, além dos valores previstos no caput e incisos I e II deste artigo será acrescido o valor de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por plantão de 12 horas.

Art. 2º Os plantões realizados pelos médicos do Programa de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e de Serviços Especializados serão remunerados com base na referência P-A da Tabela de Salários dos Funcionários da Prefeitura do Município de Piracicaba, acrescido do adicional de plantão conforme segue:

I - plantões realizados de segunda a sexta-feira, exceto feriados: acréscimo correspondente a R\$ 243,13 (duzentos e quarenta e três reais e treze centavos) por plantão de 12 horas;

II - plantões realizados aos sábados, domingos e feriados: acréscimo correspondente a R\$ 285,96 (duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos) por plantão de 12 horas.

Parágrafo único. Os plantões a serem realizados não poderão prejudicar o cumprimento da jornada de trabalho do cargo ou emprego ao qual o médico está investido." (NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 6.569, de 27 de outubro de 2.009, fica acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 6º...

Parágrafo único. Poderão ser fixados, por Decreto do Poder Executivo, outros critérios e parâmetros condicionantes do recebimento dos adicionais previstos nesta Lei."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2.013.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

Egrégia Câmara,

Encaminhamos à apreciação dos Nobres Edis projeto de lei que "introduz alterações à Lei nº 6.569/09 que "regulamenta a jornada dos médicos plantonistas, bem como a realização de plantões pelos médicos da Rede Pública Municipal de Saúde, revoga a Lei nº 5.326/03 e dá outras providências", a fim de majorar os valores dos adicionais de plantão concedidos aos médicos conforme especifica".

Preliminarmente, importante ressaltar que a presente proposição se justifica pelo fato de que nos últimos anos a área da saúde do Município de Piracicaba tem apresentado aumento significativo de serviços a exemplo de outros municípios.

Além disso, a grande dificuldade para contratação de médicos para atender à demanda na área da saúde tem levado vários municípios a adotar políticas salariais de estímulo ao interesse desses profissionais em desempenhar suas atividades junto ao serviço público, realidade esta que também vem sendo sentida por Piracicaba.

No Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Piracicaba inúmeros médicos acabaram por solicitar sua exoneração buscando trabalhar em outros

municípios que oferecem maiores vantagens salariais ou reduzindo sua carga horária para não perder o vínculo, o que conseqüentemente acabou gerando a necessidade de interposição da presente proposição para atendimento da demanda com o contingente de servidores hoje existente, fato este amplamente demonstrado em nossa proposta encaminhada através do Ofício nº 345/09 GP ao SINDIMED – Sindicato dos Médicos de Piracicaba e Região, a qual segue anexa para apreciação dos Nobres Edis.

Nesse contexto, importante lembrar sempre que, para sobreviver num mercado exigente e competitivo como o existente nos dias atuais, o Poder Público necessita de profissionais qualificados e interessados, que apresentem um conjunto de competências para adaptar-se às transformações que estão ocorrendo. Tais competências envolvem habilidades não só técnicas, mas, também, comportamentais e intelectuais, a fim de ampliar e melhorar suas oportunidades de engajamento em atividades produtivas, propiciando condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Com relação às despesas geradas com a presente proposição estamos encaminhando, para análise dos Nobres Edis, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração de ordenador de despesas, em atendimento ao disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, face aos objetivos acima expostos é que, mais uma vez, solicitamos aos Nobres Vereadores que aprovelem esta proposição por UNANIMIDADE!

Piracicaba, 06 de setembro de 2013.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP	
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO	
ANÁLISE Nº.:	22 / 2013
ASSUNTO:	ALTERAÇÃO / VALORES / PLANTÕES MÉDICOS / SEC. MUN. SAÚDE
EXPEDIENTE:	PROJETO DE LEI - PROTOCOLO Nº. 119.132 / 2013
INTERESSADO:	PROCURADORIA GERAL
O PRESENTE TEM POR OBJETIVO RESPONDER À SOLICITAÇÃO, FRENTE AOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES, EM ESPECIAL, A LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2000 (L.R.F.), EM ANEXO, A ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO CONFORME ARTIGOS 14, 16 E 17 DA REFERIDA LEI.	
PIRACICABA, 02 DE SETEMBRO DE 2013.	

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP							
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO							
ESPECIFICAÇÃO							
TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL:	<input checked="" type="checkbox"/> DESPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUADO						
GERAÇÃO DE DESPESA							
OBJETIVO:	INTRODUZ ALTERAÇÕES À LEI Nº. 6.569/2009 QUE "REGULAMENTA A JORNADA DOS MÉDICOS PLANTONISTAS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PELOS MÉDICOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE, REVOGA A LEI Nº. 5.326/2003", A FIM DE MAJORAR OS VALORES DOS ADICIONAIS DE PLANTÃO CONCEDIDOS AOS MÉDICOS.						
COMPATIBILIDADE ENTRE AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS:	A PREVISÃO NO PPA CONSTA(M) NA(S) AÇÃO(ÕES) Nº. 436 A PREVISÃO NA LDO CONSTA(M) NA(S) AÇÃO(ÕES) Nº. 436						
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	ENTIDADE: PREFEITURA ÓRGÃO: 14010 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 14011 - MANUT. DOS SERVIÇOS DE SAÚDE FUNÇÃO: 10 - SAÚDE SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL PROGRAMA: 0027 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PROJETO / ATIVIDADE: 2.436.0000 - GASTOS E BENEFÍCIOS COM PESSOAL DA SAÚDE NATUREZA DA DESPESA: 3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.1.90.16 - OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL FUNÇÃO DE RECURSO: 0101 - FONTE TESOURO						
PREVISÃO DA DESPESA ( EM R\$ ):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.620.000,00</td> <td>5.530.000,00</td> <td>5.896.500,00</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	1.620.000,00	5.530.000,00	5.896.500,00
2013	2014	2015					
1.620.000,00	5.530.000,00	5.896.500,00					
DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA ( EM R\$ ):	SALDO ATUAL: 46.000.000,00 SALDO APÓS IMPACTO: 44.380.000,00						

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP			
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO			
PREVISÃO FINANCEIRA	2013	2014	2015
SALDO FINANCEIRO ANTERIOR	30.000.000,00	49.375.015,00	32.220.871,00
TRANSF. FINANCEIRAS (ADM. INDIRETA)	-19.000.000,00	-59.103.540,00	-63.939.017,00
SALDO ATUAL	11.000.000,00	-9.728.525,00	-31.718.146,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - LDO 2013			
RECEITAS	909.803.995,00	981.926.880,00	1.071.662.105,00
DESPESAS	-871.308.980,00	-937.447.484,00	-1.022.980.882,00
RESULTADO PROJETADO			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	38.495.015,00	44.479.396,00	48.681.223,00
RESULTADO FINANCEIRO	49.495.015,00	34.750.871,00	16.963.077,00
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ALTERAÇÃO / VALORES / PLANTÕES MÉDICOS / SEC. MUN. SAÚDE	-1.620.000,00	-5.530.000,00	-5.896.500,00
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - EM %	0,19%	0,59%	0,57%
IMPACTO FINANCEIRO - EM %	0,20%	0,61%	0,58%
FONTES DE COMPENSAÇÃO			
AUMENTO DE RECEITAS			
DIMINUIÇÃO DE DESPESAS (PERMANENTES)	1.500.000,00	3.000.000,00	4.500.000,00
RESULTADO FINAL			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - APÓS IMPACTO	38.375.015,00	41.949.396,00	47.374.723,00
RESULTADO FINANCEIRO - APÓS IMPACTO	49.375.015,00	32.220.871,00	15.656.577,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP	
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
INÍCIO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:	A PARTIR DE SETEMBRO DE 2013.
ORIGEM DOS RECURSOS PARA O EXERCÍCIO EM CURSO:	<input checked="" type="checkbox"/> APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO; <input checked="" type="checkbox"/> EXCESSO DE ARRECADAÇÃO; <input checked="" type="checkbox"/> REDUÇÃO DE DESPESAS; <input checked="" type="checkbox"/> SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ( INICIAL )	20.000.000,00
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ( UTILIZADA NO EXERCÍCIO )	-19.728.118,00
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ( DISPONÍVEL )	271.882,00
FONTES DE FINANCIAMENTOS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS (ART. 14 A 17 DA LRF):	<input checked="" type="checkbox"/> APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO; <input checked="" type="checkbox"/> AUMENTO DE TRIBUTOS; <input checked="" type="checkbox"/> CRESCIMENTO ECONÔMICO; <input checked="" type="checkbox"/> REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPESA.
ADEQUAÇÃO ÀS METAS FISCAIS:	RESULTADO PRIMÁRIO ( LDO 2013 ) ..... -12.371.000,00 RESULTADO PRIMÁRIO ( APÓS IMPACTO ) ..... 37.004.015,00
ANÁLISE QUANTO AOS ÍNDICES DE DESPESA COM PESSOAL:	O ÍNDICE PROJETADO DA DESPESA COM PESSOAL, SE CONSIDERADO O OBJETO DO PRESENTE IMPACTO, NÃO ATINGE O LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.
CONCLUSÃO:	A DESPESA POSSUI SALDO ORÇAMENTÁRIO SUFICIENTE, NÃO CAUSA Desequilíbrio Financeiro, NÃO AFETA AS METAS FISCAIS E NÃO AFETA SIGNIFICATIVAMENTE AS DESPESAS COM PESSOAL DE FORMA A INFRINGIR A LRF, LOGO, POSSUI CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO.

PEDRO VINÍCIUS GOMES DE FREITAS  
ECONOMISTA - CORECON-SP Nº. 30.879

JOSÉ ADIR MORAES LEITE  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 136/2013

Objeto: locação de tendas.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) Lote (s)  
Amanda Matheucci Santos Me 01.

Piracicaba, 09 de setembro de 2013.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2013

## EDITAL COMPLETO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo faz saber que fará realizar Concurso Público de Provas visando o preenchimento do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde** regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, criado através de Legislação Municipal, Leis nºs 6.236/2008 e 6.460/2009, mais os que vagarem ou forem criados durante o prazo de validade do concurso, de acordo com as instruções constantes neste Edital Completo.

## I - DO EMPREGO PÚBLICO

- O emprego público de **Agente Comunitário de Saúde** tem como regime de contratação a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, carga horária semanal de 40 horas, referência salarial 03 - D, correspondente, em agosto de 2013, a **R\$ 1.111,54**.
- As vagas estão distribuídas em territórios definidos como área de abrangência das Equipes de Saúde da Família, os candidatos deverão se inscrever para as vagas dentro da área de abrangência de sua residência.
- A quantidade de vagas para cada área de atuação são as estabelecidas na tabela a seguir:

NÚMERO DE VAGAS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA DA ÁREA DE ATUAÇÃO
05	PSF Boa Esperança I e II e Javari I	Jardim Residencial Javari III, Jardim Residencial Javari II, Jardim Boa Esperança (Profilurb), Jardim Maria Claudia, Jardim Campos Elíseos, Jardim Residencial Javari I e Jardim Residencial Javari
01	PSF Jardim Primavera	Jardim Primavera, Vila Areião, Nova Republica e Nossa Senhora Aparecida
01	PSF Jardim Vitória	Jardim Santo Antonio e Jardim Vitória, situados na Região do Bairro São Jorge
01	PSF Paineiras	Residencial Paineiras; Jardim São Jorge situados na do Residencial Paineiras; Jardim Santa Maria, Cantagalo (Rua Principal ate Rua Copo de Leite) e Nova Suiça (Rua Otávio Ferraz, Hemógenes Conceição, Joseliano Pinto, Isumira Ferraz)
04	PSF Santa Fé e Kobayat Líbano	Santa Fé, Vila Liberdade, Kobayat Libano, Jardim Novo Horizonte e Parque dos Sábias I e II e Residencial Santana
01	PSF São José	Jardim Tarumã, Jardim Dr. João Conceição, São José, Jardim Glória (Avenida das Monções) e Cantagalo (Rua Copo de Leite a partir do nº 200, Rua Estrela inteira, Rua Pirambóia inteira, Rua Saturno inteira, Rua Zulmira Ferreira Leite inteira, Rua Zulmira Ferreira do Vale a partir do nº 559 e Rua Antonio Mendes de Barros Filho a partir do nº 655 até esquina com Rua Ari Coelho)
01	PSF Saúde em Campo – São Jorge	Parque São Jorge, situado na Região da Cruz Caiada
02	PSF 1º de Maio/Astúrias	Terra Nova, Parque Residencial 1º de Maio, Jardim Astúrias II, Bosque da Água Branca, Santa Laura, Jardim Astúrias e Jardim Astúrias III
01	PSF São Francisco	Santa Rita Garças (até a Rua Anhumas), Santa Rita Perdizes (até Avenida Taubaté n.º 665), Taquaral, Residencial Bellini, Jardim São Francisco e Santa Rita Colibris
Cadastro Reserva	PSF Algodão	Jardim Alvorada situado na região do Algodão; Jardim Algodão (2ª, 3ª e 5ª parte); Jardim São Vicente até a Rodovia Estadual Geraldo de Barros; Núcleo Habitacional Algodão
Cadastro Reserva	PSF Campestre	Chácara Unidas, Condomínio Amphla, Jardim Costa Rica, Jardim Belvedere, Jardim Laranjal, Jardim Campestre, Park Campestre, Convívio Bonnevie, Condomínio Benvenutte, Santa Fé até a Rua Laura de Campos Ferrari (antigo Santa Fé II e III) e Quinta Santa Helena.
Cadastro Reserva	PSF CECAP e Eldorado I e II	Residencial Eldorado, Parque CECAP I, Parque CECAP II, Terra Rica, Terra Rica III e Condomínio Habitacional Eugênio Monte Belo.
Cadastro Reserva	PSF Chapadão I	Jardim Santa Inês I, Jardim Santa Inês II e Parque Chapadão.
Cadastro Reserva	PSF Mario Dedini I e II	Altos do Piracicaba, Mário Dedini e Piracicaba C.
Cadastro Reserva	PSF Santa Rosa I e II	São Gabriel, Santa Rosa Ipês, Palmeiras e Santa Rosa.
Cadastro Reserva	PSF Saúde em Campo – Monte Alegre.	Monte Alegre
Cadastro reserva	PSF Bosque do Lenheiro I e II e Gilda	Bosques dos Lenheiros e Jardim Gilda.
Cadastro reserva	PSF IAA I e II	Jardim Vila Rio, Eldorado (situado na região do IAA), Jardim São Benedito, Parque das Indústrias, Residencial João Paulo II, Jardim Conceição, Jardim Andorinha, Jardim Taiguara, Jardim Caieiras, Jardim Lídia e Jardim Santa Tereza
Cadastro reserva	PSF Jd. Oriente / Serra Verde	Residencial Água Branca I, Residencial Água Branca II, Jardim Oriente, Residencial Serra Verde, Jardim Água Branca, Residencial Parque Água Branca e Residencial Altos do Serra Verde
Cadastro reserva	PSF Parque Orlando	Jardim Sonia, Jardim Três Marias, Residencial Parque Orlando I, II e III; Jardim São Luiz (pertencente à área do Parque Orlando), Nossa Senhora das Graças e Parque Bela Vista
Cadastro reserva	PSF Santa Rita Avencas	Santa Rita Perdizes (até a Rua Andradina), Santa Rita Garças (até a Rua José Ferraz Pacheco), Residencial Parque Bertolini I, Residencial Parque Bertolini II, Santa Rita e Santa Rita Avencas Parque Peória, Jardim Bartira e Tupi (Distrito de Tupi)
Cadastro reserva	PSF Vila Industrial	Chácara São Pedro, Vila São Pedro, Jardim São Roque, Jardim Piedade, Vila Industrial COHAB – Bandeirante e Vila Industrial
Cadastro reserva	PSF Jaraguá I e II	Vila Dr. Jorge Pacheco Chaves; Vila Jaraguá até a Rua Luiz Arzola e Avenida Nove de Julho; Vila Mercedes
Cadastro reserva	PSF Vila Fátima	Jardim Diamante, Jardim Monte Castelo, Jardim Matilde, Nossa Senhora de Fátima e Jardim Dona Luiza
Cadastro reserva	PSF Jd. Flores, Monte Líbano I e II e Itapuã II	Minas Novas, Jardim Paraíso, Glebas São Joaquim, Morada do Sol, Jardim das Flores, Parque dos Eucaliptos, Jardim São Paulo, Jardim Noemia Ingá, Jardim Haiti e J. Monte Líbano (até a Avenida Raposo Tavares)
Cadastro reserva	PSF Chapadão II (Sol Nascente)	Jardim Sol Nascente, Jardim Itamará, Jardim Itaberá e Residencial Itaporanga;

- As vagas referentes ao Cadastro Reserva são aquelas que não têm número definido de vagas efetivas. Os candidatos aprovados nas respectivas áreas serão convocados para a posse, obedecendo à ordem de classificação, para postos que ficarão vagos ou que serão abertos durante a validade do Concurso Público.
- As atribuições do emprego Agente Comunitário de Saúde são:
  - Executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS e sob supervisão da Secretaria Municipal de Saúde;
  - Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

- Promover ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- Registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- Participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;
- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

## II - DOS REQUISITOS

- São condições para inscrição:**
  - Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.
- São requisitos mínimos para o preenchimento da vaga:**
  - Possuir Ensino Fundamental Completo;
  - Residir na área da comunidade em que irá atuar, desde a data da publicação do Edital de Concurso Público, considerando o disposto na Lei Federal nº 11.350/2006;
  - Haver concluído, com aproveitamento, o Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).
- São requisitos para posse:**
  - Ser aprovado neste Concurso Público;
  - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
  - Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do emprego mediante confirmação de exame médico admissional;
  - Estar quites com o Serviço Militar, se, do sexo masculino;
  - Estar no gozo dos direitos civis e políticos;
  - Atender as condições, escolaridade e requisitos prescritos para o emprego;
  - Não registrar antecedentes criminais;
  - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental;
  - Gozar de saúde física e mental compatíveis com o exercício do emprego, comprovada em prévia inspeção médica oficial;
  - Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas "a", "b" e "c", inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.
  - Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo emprego, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.
- Os requisitos dispostos acima são essenciais para provimento do emprego, devendo o candidato na ocasião da posse, apresentar os documentos exigidos ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piracicaba. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.
- O Agente Comunitário de Saúde deverá na Checagem de Pré-requisitos, na posse e anualmente, comprovar, por meios julgados hábeis pela Administração Pública Municipal, a residência na sua área de atuação, sendo tal verificação fiscalizada permanentemente pelo município. A mudança de residência do candidato da Área de Abrangência da Unidade de Saúde da Família implica em imediata dissolução do vínculo de trabalho

## III - DAS INSCRIÇÕES

- As inscrições poderão ser efetuadas no período definido no Anexo I deste Edital, através do site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br).
- O valor da inscrição será cobrado conforme quadro a seguir:

EMPREGO	VALOR TOTAL DA INSCRIÇÃO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 15,00 (QUINZE REAIS)

- Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br). Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá contactar a empresa clicando no link "fale conosco", disponível na página de inscrição e registrar a sua dúvida.
  - O candidato receberá a resposta via e-mail em no máximo 24 horas;
  - Na hipótese de não conseguir o acesso ao link enviar e-mail para [concursos.ckm@makiyama.com.br](mailto:concursos.ckm@makiyama.com.br).
- O candidato deverá preencher corretamente os campos relativos ao formulário de inscrição, preencher a declaração de residência, imprimir o boleto referente à taxa de inscrição e efetuar o seu pagamento até a data de vencimento (constante no anexo I deste edital) em qualquer instituição bancária, através de internet banking, ou em qualquer estabelecimento autorizado a receber pagamento de documentos de compensação bancária (casas lotéricas, correios, etc.)
- A efetivação da inscrição estará condicionada ao correto preenchimento do requerimento de inscrição e ao pagamento ou compensação do valor correspondente a taxa de inscrição.
- Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por outros meios que não o pagamento do boleto bancário emitido especificamente para cada inscrição, bem como pagamentos condicionais ou efetuados fora do prazo de vencimento do boleto; serão indeferidas as inscrições cujos cheques ou agendamento de pagamento não venham a ser compensados, por qualquer motivo (falta de fundos, ausência ou divergência de assinatura, data de emissão prescrita, etc.)
- Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do formulário de inscrição.
- É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.
- Encerrado o prazo das inscrições, será divulgado no Diário Oficial do Município e nos sites [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br) e [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br), a relação dos candidatos efetivamente inscritos.
- Qualquer declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição do candidato, bem como a apresentação de documentos falsos ou em desacordo com o exigido no Edital, ainda que verificados posteriormente, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.
- Cada candidato poderá concorrer apenas para uma das vagas e em 1 (uma) única área de atuação estabelecida no concurso de que trata o presente Edital.
- Na hipótese do candidato se inscrever para mais de 1 (uma) vaga e efetuar o pagamento para mais de 1 (uma) inscrição, será deferida apenas a última inscrição realizada.
- As inscrições realizadas e não pagas serão automaticamente indeferidas.
- A inscrição do candidato no concurso implica, desde logo, o conhecimento e a aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital, bem como das disposições emanadas nos dispositivos legais e normativos que tratam da matéria, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- Os pedidos de inscrição significarão a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições legais constantes neste Edital.

## IV - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU SENSORIAL

- Aos candidatos portadores de deficiência física ou sensorial serão reservadas 5% (cinco por cento) das contratações por área de atuação prevista neste Concurso Público, nos casos em que houver compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego que se enquadrarem nas categorias definidas pelos Decretos Federais nº 3.298/99 e nº 5.296/2004 e por suas alterações, considerando-se para aplicação as definições contidas nestes dispositivos legais e conforme estabelece a Lei Municipal nº 6.246/2008, alterada pela Lei nº 6.591/2009.
- As frações decorrentes do cálculo de referido percentual somente serão arredondadas para o número inteiro subsequente quando maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos).



3. Mesmo que o percentual não atinja o decimal de 0,5 (cinco décimos), quando o concurso indicar a existência de cinco a dez vagas, uma delas deverá ser preenchida obrigatoriamente por pessoa portadora de deficiência
4. A compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego será aferida em perícia oficial quando dos exames admissionais.
5. De acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 13.165/2009, os candidatos portadores de deficiência concorrerão apenas às vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos na Legislação Municipal em vigor.
6. A pessoa portadora de deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de classificação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
7. O candidato que quiser concorrer às vagas deste Concurso Público como portador de deficiência deverá:
  - 7.1 Fazer sua opção no requerimento de inscrição, marcando no formulário de inscrição no site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br), o tipo de deficiência da qual é portador (Física, Auditiva, Visual ou Múltipla);
  - 7.2 Remeter pelo correio através de Sedex com AR (Aviso de Recebimento) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, para a empresa CKM Serviços Ltda., situada na Rua Benedito Dias, nº 97, Aldeinha de Barueri, CEP 06440-145 – Barueri/SP, até o último dia de inscrição, valendo como comprovação de opção efetuada no prazo, a data de postagem do Laudo Médico nos Correios.
    - 7.2.1 Caso o período de inscrições seja prorrogado, o prazo para a remessa da documentação ficará automaticamente prorrogado por igual período, ou seja, até o dia do término do novo prazo de inscrições.
  - 7.3 No caso do candidato necessitar de prova especial (letra ampliada, Braille, intérprete de LIBRAS, etc.), encaminhar um requerimento à empresa CKM Serviços Ltda., juntamente com o Laudo Médico a que se refere o subitem 7.2 deste capítulo.
    - 7.3.1 O candidato deficiente que não solicitar a prova especial no prazo estabelecido no subitem 7.2 deste capítulo, não terá direito a realizar a prova adaptada às suas condições, reservando-se o direito de realizar a prova regular aplicada aos demais candidatos.
    - 7.3.2 Os deficientes visuais, que se julgarem amparados pelas disposições legais, prestarão as provas mediante leitura através do sistema Braille. Os candidatos deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais amblíopes serão oferecidas provas ampliadas com tamanho da letra correspondente à fonte Arial - 24.
8. Será indeferida a inscrição do candidato como deficiente físico quando o mesmo deixar de remeter o Laudo Médico nos termos acima especificados ou ainda, quando postá-lo após o período consignado para as inscrições neste Concurso Público.
9. O candidato que não declarar a deficiência da qual é portador no requerimento de inscrição, conforme previsto no item 7 deste capítulo, não poderá alegar, posteriormente, essa condição para reivindicar as prerrogativas constantes neste Edital.
10. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões médicos estabelecidos.
11. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste capítulo serão classificados em lista separada.
  - 11.1 -Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas por candidatos não portadores de deficiência, em estrita observância da ordem de classificação.
12. O candidato que não comprovar a deficiência alegada ou no caso de laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, será eliminado do Concurso Público.

#### V- DOS CANDIDATOS DA RAÇA NEGRA

1. De acordo com o disposto na Lei Municipal nº 6.246/08 será reservado o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste Concurso Público para as pessoas da raça negra.
  - 1.1 As frações decorrentes do cálculo de referido percentual serão sempre desprezadas.
2. Os candidatos de raça negra participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, avaliação de prova e demais requisitos exigidos para a participação no certame.
3. O candidato que quiser concorrer às vagas reservadas para pessoas da raça negra deverá declarar, no requerimento de inscrição, esta condição, marcando no formulário de inscrição no site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br), a opção "Sim" abaixo do campo "Afrodescendente?".
  - 3.1 O candidato que não declarar esta condição no requerimento de inscrição, conforme previsto no item anterior, não poderá alegar, posteriormente, essa condição para reivindicar as prerrogativas constantes neste Edital.
4. De acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 13.165/2009, os candidatos de raça negra concorrerão apenas às vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos na Legislação Municipal em vigor.
5. Os candidatos que concorrerem na condição de raça negra serão classificados em lista separada.
6. Inexistindo candidatos da raça negra aprovados, as vagas serão preenchidas por outros candidatos.
7. A comprovação da raça negra será verificada no momento da contratação, mediante a apresentação de documento oficial, do candidato ou de parentes por consanguinidade, ascendentes ou colaterais, no qual conste a identificação e a indicação étnorracial.
8. O candidato que não comprovar ser da raça negra, tendo alegado tal condição, será excluído do Concurso Público.

#### VI - DAS ETAPAS E JULGAMENTO (CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO)

1. O Concurso Público constará das seguintes etapas:

Etapas	Classificatória	Eliminatória
Etapa 1 - Prova objetiva	X	X
Etapa 2 - Checagem de Pré-requisito		X
Etapa 3 - Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada		X

2. A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar o grau de conhecimento do candidato, necessário ao desempenho do emprego público.
3. A prova será composta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas cada, distribuídas e pontuadas em conformidade com o quadro de disciplinas abaixo:

Disciplinas	Nº de questões	Pontuação por questão	Pontuação Total (Máxima)
Língua Portuguesa	10	2,00	20,00
Matemática	10	2,00	20,00
Conhecimentos Específicos	30	2,00	60,00

4. A Prova abrangerá o conteúdo programático constante no Anexo II deste Edital.
  - 4.1 A bibliografia indicada no Anexo II – Conteúdo Programático é meramente sugestivo, não se restringindo a aplicação das questões ao conteúdo da mesma, porém ao conteúdo programático indicado. Desta forma, o candidato poderá se preparar para as provas utilizando, além das indicações do conteúdo programático, qualquer bibliografia que trate de forma sistematizada dos assuntos selecionados no Anexo II.
5. A nota na prova será alcançada pelo somatório das pontuações obtidas em cada disciplina da prova.
  - 5.1 A pontuação referente a cada disciplina será obtida pela multiplicação da quantidade de respostas corretas dadas pelo candidato pelo valor de cada questão, conforme QUADRO DE DISCIPLINAS.
6. Estará habilitado e convocado para a Checagem de Pré-requisitos o candidato que obtiver nota na prova objetiva igual ou superior a 50,00( cinquenta pontos).
  - 6.1 O candidato que obtiver nota na prova inferior a 50,00 (cinquenta pontos) será automaticamente eliminado do Concurso Público.
  - 6.2 Será classificado no concurso público o candidato que obtiver nota na prova igual ou superior a 50,00 (cinquenta pontos), estiver apto na Checagem de pré-requisitos e tiver no mínimo 75% de frequência no Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada ( Etapa 3).

7. Somente serão divulgadas as notas dos candidatos habilitados na Etapa 1 (Prova objetiva) no Diário Oficial do Município, todavia os candidatos poderão consultar a sua pontuação através do site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br) clicando no link Consulte aqui o seu Boletim Individual.
8. O Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada (Etapa 3) tem sua aplicação e forma de avaliação descrita no capítulo X deste edital e será de caráter eliminatório, com frequência mínima exigida de 75% (setenta e cinco por cento) de presença.
9. Somente os candidatos habilitados na prova objetiva e que estejam classificados até 3 ( três ) vezes o número de vagas existentes para cada Unidade de Saúde da Família serão convocados para participar do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.
  - 9.1 No caso das áreas da comunidade onde consta o número de vagas “cadastro reserva” serão convocados os 3 (três) primeiros candidatos para a realização do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.
  - 9.2 Serão considerados todos os candidatos que estiverem empatados na última posição dos classificados, observando-se as três listas de classificação.
  - 9.3 Os candidatos habilitados e convocados após a análise de documentos comprobatórios que não comparecerem no Curso Introdutório serão considerados desistentes e eliminados deste Concurso Público.
10. Os critérios para aferição da frequência, os mecanismos de avaliação e as sanções para o candidato que não comparecer às aulas do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada serão divulgados no Edital de Convocação para o Curso Introdutório, bem como o período e o local onde será realizado.

#### VII - DA APLICAÇÃO PROVA OBJETIVA

1. A prova será realizada no Município de Piracicaba /SP.
2. A data prevista para aplicação da prova consta no Anexo I deste Edital.
3. A confirmação oficial acerca do dia, horário e local para a realização da prova será dada através de Edital de Convocação para a Prova objetiva, a ser disponibilizado nos sites [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br) e [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br) e publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba após o encerramento do prazo para recurso contra o indeferimento das inscrições.
4. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta acerca do dia, horário e local de aplicação da prova.
5. Não serão enviadas convocações individuais, o candidato deverá acessar o site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br) e imprimir a sua convocação individual.
6. Na data determinada para a realização da prova os candidatos deverão se apresentar nos locais indicados com antecedência de no mínimo uma hora antes do horário determinado para o início da mesma.
7. O ingresso aos locais da prova será permitido apenas aos candidatos que estiverem munidos de documento de identidade original com foto, comprovante de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta.
  - 7.1 Entende-se por documento de identidade original: Carteiras e/ou cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade (OAB, CRM, CREA, CRC, etc.); Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação na forma da Lei nº 9.503/1997, não sendo admitido no recinto de realização das provas o candidato que não portá-lo.
  - 7.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
  - 7.3 Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.
  - 7.4 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
  - 7.5 O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.
8. O candidato que não estiver de posse de nenhum documento de identidade original em virtude de perda, roubo ou furto, só poderá realizar as provas atendendo, concomitantemente, aos seguintes requisitos:
  - a. deverá apresentar Boletim de Ocorrência Policial;
  - b. deverá apresentar o protocolo de requisição de nova via do documento;
  - c. deverá apresentar cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento;
  - d. deverá apresentar duas testemunhas que com ele firmarão, no ato, declaração, sob as penas da lei, acerca da identidade do candidato, sendo que as testemunhas deverão apresentar documentos originais de identidade, e todos deverão apor identificação digital na referida declaração.
9. Serão efetuadas diligências posteriores à realização da prova, em relação à documentação dos candidatos admitidos nas condições descritas no item 8, sendo desclassificados automaticamente do processo aqueles cuja declaração de dados revelar-se falsa, sem prejuízo de eventuais ações criminais contra o declarante e as testemunhas por ele apresentadas.
10. A candidata lactante deverá levar acompanhante, que se responsabilizará pela guarda da criança. Não haverá prorrogação de horário da duração da prova para candidata nesta situação.
11. No dia da realização da prova objetiva, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a CKM Serviços Ltda. procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição.
  - 11.1 A inclusão de que trata o item anterior, será realizada de forma condicional e será confirmada pela CKM Serviços Ltda. na fase de julgamento da prova objetiva, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.
  - 11.2 Constatada a impropriedade da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
12. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos, e nem fumar; será advertido pelo Fiscal de Prova caso perceba-se que busca visualizar prova ou gabarito de outro candidato, sendo-lhe retirada a prova e desclassificado no caso de reiteração da atitude.
13. No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato:
  - 13.1 entrar e/ou permanecer no local de exame com armas ou aparelhos eletrônicos ou semelhantes.
  - 13.2 entrar ou permanecer no local de exame com vestimenta inadequada (trajando sunga, sem camisa, com boné, com chapéu, com touca, com gorro etc).
14. O descumprimento das instruções relacionadas ao item acima implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.
15. Não serão admitidos nos locais de provas, os candidatos que se apresentarem após o horário estabelecido para início das provas e fechamentos dos portões.
16. A duração da prova será de 3 (três) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Respostas. O candidato somente poderá entregar a prova depois de uma hora do seu início.
17. A inviolabilidade das Provas será comprovada no local de sua realização, no momento do rompimento do laço dos envelopes, na presença dos candidatos.
18. O candidato deverá assinar Lista de Presença, que lhe será apresentada antes do início da prova. Eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade e data de nascimento deverão ser corrigidos através do site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br) no dia seguinte a aplicação da prova em link próprio para as correções.
19. O candidato deverá efetuar a conferência do Caderno de Provas antes de começar a resolução, verificando no rodapé de todas as folhas se corresponde ao emprego que se inscreveu; a seguir deverá verificar se o Caderno dispõe de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha; por fim, o candidato deverá verificar se não há falha de impressão que prejudique a leitura do texto, gráficos ou ilustrações. Caso a prova não seja referente ao emprego de sua inscrição, ou o Caderno de Provas esteja incompleto, ou tenha qualquer defeito, deverá solicitar ao Fiscal da Prova que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
  - 19.1 O candidato, previamente ao preenchimento da Folha de Resposta, deverá efetuar a conferência dos seus dados impressos. Havendo divergência, deverá solicitar a substituição do material ao Fiscal de Sala, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
  - 19.2 As questões deverão ser respondidas na Folha de Resposta, preenchendo-se totalmente o campo indicativo da letra correspondente à opção de resposta escolhida com caneta esferográfica azul ou preta.
  - 19.3 A Folha de Resposta não poderá ser rasurada, amassada ou perfurada, caso contrário, as respostas serão anuladas.
  - 19.4 A Folha de Resposta somente terá validade se estiver assinada pelo candidato no campo indicado.
20. No decorrer da prova, se o candidato observar qualquer irregularidade na formulação de alguma questão, deverá manifestar-se junto ao Fiscal de Sala que anotará em formulário próprio a ocorrência, para posterior análise, o que não substitui a apresentação posterior de eventual recurso contra questões.

21. Durante a realização da prova não será permitida a consulta de nenhuma espécie de legislação, livro, revista ou folheto, uso de calculadora, telefone celular ou outro equipamento de comunicação, bem como não será admitida comunicação entre os candidatos.
22. Caso necessário a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar ao Fiscal de Prova, que designará Auxiliar de Coordenação para acompanhá-lo, devendo no percurso manter-se em silêncio, podendo antes e depois da entrada no sanitário sofrer revista.
23. A CKM Serviços Ltda. não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.
24. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.
25. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade.
  - 25.1 Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.
  - 25.2 Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do concurso.
26. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
27. O candidato não levará consigo, ao final da prova, o Caderno de Provas, podendo, no período aberto a recurso consultá-lo no site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br) a fim de subsidiá-lo na eventualidade de interposição de algum recurso contra questão e/ou gabarito, sendo, no entanto, em função de reserva de direitos autorais, vedada a sua divulgação e/ou reprodução total ou parcial por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa da CKM Serviços Ltda., incorrendo em crime o responsável.
28. No dia definido no Anexo I para a publicação o candidato poderá consultar o gabarito oficial nos sites [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br) e [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br), sendo ainda publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba; não serão informados resultados por telefone ou outro meio de comunicação.

#### VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

1. Durante a realização da prova objetiva não será permitida a comunicação entre candidatos, bem como consulta a livros, revistas, folhetos e anotações; o uso de calculadoras, ou outros instrumentos de cálculo, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens. Não será autorizado o uso de boné, boina, chapéu, gorro, lenço ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato. Não será permitido também o uso de óculos escuros, sendo eliminado do concurso o candidato que descumprir estas determinações.
2. Não será permitido aos candidatos durante o período de permanência no local de prova o uso de objetos eletrônicos como aparelhos celulares, Pager, Notebook, Tablet, Ipad, Iphone, e outros aparelhos que permitam a comunicação de informações e dados.
  - a. Os candidatos que portarem algum dos objetos relacionados no item 2 deverão mantê-los desligados e com a bateria retirada do aparelho; e disposto sobre a mesa e visível ao aplicador ou fiscal da sala.
  - b. O candidato que se recusar a seguir o procedimento descrito no subitem "a" deste item será retirado da sala de prova e consequentemente eliminado do concurso.
  - c. O candidato que for identificado portando um dos aparelhos citados no item 2 durante a prova ou nos corredores e banheiros mesmo que desligados será eliminado do concurso.
3. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova depois de transcorrida 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos do início da prova.
4. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal.
5. Será excluído do Concurso Público o candidato que:
  - a. apresentar-se após o horário estabelecido para o fechamento dos portões;
  - b. não comparecer a uma das provas, conforme convocação oficial seja qual for o motivo alegado;
  - c. não apresentar o documento de identidade conforme previsto no item 7.1 do Capítulo VII – Da Prova Objetiva;
  - d. ausentar-se da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
  - e. for surpreendido em comunicação com outras pessoas;
  - f. estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
  - g. lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;
  - h. fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não o fornecido pela empresa CKM Serviços;
  - i. não devolver ao fiscal o Caderno de Questões, Folha de Respostas, Folhas de Rascunho ou qualquer outro material de aplicação da prova;
  - j. perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
  - k. agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da prova.
  - l. utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

#### IX - DA COMPROVAÇÃO DOS PRÉ - REQUISITOS PARA O CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

1. O candidato habilitado na Prova Objetiva será convocado para a Comprovação dos Pré-requisitos para o Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada e deverá entregar a comprovação que reside na área de abrangência da comunidade em que se inscreveu desde a publicação do Edital de Concurso, em horário e local estipulado no Edital de Convocação.
2. O candidato convocado para a comprovação dos pré-requisitos deverá entregar no período constante no Anexo I deste edital **UM ENVELOPE LACRADO CONTENDO** os seguintes documentos:

**2.1. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA** (contas de água, energia, gás encanado, telefone, etc.) em seu próprio nome, com data anterior à data de publicação do Edital do Concurso Público, no qual conste, obrigatoriamente, o CEP - Código de Endereçamento Postal da residência. No caso de residir com ascendentes (pai, mãe, avós) ou descendentes (filhos ou netos) até o 2º grau, poderá apresentar comprovante de residência em nome deles, desde que acompanhado de certidão de nascimento que comprovem tal parentesco. No caso de cônjuge, deverá também ser apresentada a comprovação da união, através de certidão de casamento ou declaração estável.

**2.2.-DECLARAÇÃO** preenchida e assinada por no mínimo 03 (três) representantes da Comissão Local de Saúde e, na falta desse, pela Associação de Moradores e ou Centro Comunitário.

#### 3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

**3.1** As cópias reprográficas dos documentos constantes nos itens **2.1;** **2.2;** deste capítulo, **deverão ser entregues** em local e horário previsto no Edital de Convocação publicado na data estipulada no **ANEXO I deste edital** em envelope identificado com o emprego, nome, número de inscrição e área de abrangência do candidato conforme modelo:

#### CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME:  
Nº DA INSCRIÇÃO:  
ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

- 3.2 Não haverá segunda chamada para entrega dos documentos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não entregou as cópias dos documentos no dia e horário determinado no cronograma deste Edital.
- 3.3 Os pré-requisitos serão analisados por técnicos da Secretaria da Saúde;
- 3.4 Os Técnicos da Secretária da Saúde não se responsabilizam por envelopes entregues e que não contenham nenhum documento em seu interior;
- 3.5 As cópias reprográficas dos documentos dos candidatos que não atenderem os pré-requisitos exigidos para a participação no Concurso serão incineradas após a homologação dos resultados finais.
- 3.6 O candidato que não entregar os documentos solicitados para a comprovação dos pré-requisitos serão eliminados do Concurso, mesmo que tenha sido habilitado na prova objetiva.
- 3.7 Após a avaliação dos documentos de comprovação de pré-requisitos os candidatos habilitados na prova objetiva e que os documentos apresentados comprovem a residência na área de atuação definida na vaga a qual concorre na prova objetiva e que os documentos apresentados comprovem a residência na área de atuação definida na vaga a qual concorre, estarão aptos e serão convocados, através de Edital, a participarem do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada, conforme descrito no Capítulo X.

#### X - DA APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

1. Os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde habilitados na Etapa 1 (Prova objetiva) e na Comprovação de pré-requisitos de pré-requisitos ( Etapa 2) serão submetidos a um Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada ( Etapa 3), conforme fixa a Lei Municipal nº 6.236, de 21 de maio de 2008, Lei Federal 11.350/2006 de 05/10/2006 e Lei Ordinária Nº 6460, DE 20 DE MAIO DE 2009.
2. A realização do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada ficará sobre a total e inteira responsabilidade da Prefeitura do Município de Piracicaba.
3. O Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada será realizado na cidade de Piracicaba-SP, em local e horário a serem comunicados através de Edital de Convocação para a realização do Curso a ser publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e nos sites [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br) e [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br).
  - 3.1 O Edital de Convocação para o Curso Introdutório informará também: os critérios para a aferição da frequência; os mecanismos de avaliação e as sanções para o candidato que não comparecer às aulas.
4. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de curso.
5. Ao candidato só será permitida a participação no curso na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes acima.
6. Não será permitida, em hipótese alguma, realização do curso em outro dia, horário ou fora do local designado.
7. O curso introdutório será de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de presença, de caráter eliminatório.
8. Os candidatos convocados que não comparecerem no Curso Introdutório serão considerados desistentes e eliminados do Concurso Público.
9. A nomeação do Agente Comunitário de Saúde, somente poderá ocorrer após conclusão, com aproveitamento, do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada, com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença.
10. Somente será permitida a participação, no Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada, os candidatos habilitados que constarem na lista de convocação, ficando vedada a entrada e presença de pessoas ou candidatos que não constam no respectivo edital.

#### XI - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. No caso de empate na nota final, será processado o desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato:
  - a. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, será dada preferência ao de idade mais elevada;
  - b. que obtiver a maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
  - c. que obtiver a maior pontuação nas questões de Interpretação de Textos e Língua Portuguesa;
  - d. mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos;

#### XII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Caberá recurso administrativo no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data das respectivas publicações no Diário Oficial do Município de Piracicaba e nos sites [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br) e [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br) dos seguintes atos:
  - a) indeferimento das inscrições;
  - b) questões e gabaritos da prova
  - c) resultado e classificação na prova objetiva
  - d) indeferimento da comprovação que reside na área de abrangência
  - e) resultado da avaliação do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada.
2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o campo próprio para interposição de recursos, no site [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br) e seguir as instruções ali contidas.
3. Serão indeferidos os recursos interpostos de maneira diferente daquela estipulada neste Edital.
4. Recursos que não apresentarem fundamentação ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento do mérito.
5. No caso de provimento de recurso interposto dentro das especificações, este poderá, eventualmente, alterar a nota e/ou classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota e/ou classificação superior ou inferior; ou ainda acarretar a classificação e/ou desclassificação de candidato em virtude da alteração de sua nota em relação que a pontuação mínima exigida para a habilitação.
6. Os pontos relativos às questões da prova objetiva, eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova, independentemente da apresentação de recurso.
7. A decisão do deferimento ou indeferimento dos recursos será objeto de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba e nos sites [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br), [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br).

#### XIII - DA ADMISSÃO

1. A convocação para admissão do candidato aprovado será feita na ordem de classificação e na medida da necessidade da Prefeitura Municipal, oportunidade em que deverão ser apresentados os documentos necessários, inclusive os exigidos para comprovação dos requisitos para o emprego, sob pena de perder a vaga.
  - 1.1 A convocação será realizada através de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba e por correspondência, devendo o candidato apresentar-se à Prefeitura Municipal de Piracicaba na data estabelecida na convocação.
  - 1.2 Caso o candidato convocado possua outro emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inc. XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.
2. A simples aprovação no Concurso Público não gera direito à admissão, pois a Prefeitura Municipal convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.
3. Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Concurso Público fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura Municipal e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do emprego.
4. O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções inerentes ao emprego, será eliminado do Concurso Público.
5. Os candidatos aprovados e admitidos estarão sujeitos ao estágio probatório de 3 (três) anos e terá o seu desempenho avaliado a cada seis meses.
6. A apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas neste Edital será feita em data a ser fixada, por ocasião da convocação do candidato aprovado para admissão emprego público. Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal poderá solicitar outros documentos complementares.
7. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

#### XIV - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE SAÚDE OCUPACIONAL PERTINENTES À ADMISSÃO DE SERVIDORES

1. Deverão os candidatos aprovados e convocados para admissão/nomeação obrigatoriamente submeter-se a exame médico (clínico e/ou subsidiário) a critério do que determinar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) elaborado pelo SESMT (Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Prefeitura do Município de Piracicaba) vigente na data da realização da avaliação, para obtenção do Atestado de Saúde Ocupacional Admissional (ASO-Admissional).
2. Por ocasião dos exames admissionais, os candidatos deverão comprovar imunização para Hepatite B.
3. Esta avaliação terá caráter eliminatório.
4. A avaliação médica obrigatoriamente obedecerá às indicações de incompatibilidades físicas e mentais especificadas para o emprego.
5. Serão consideradas como incompatibilidades para o desempenho do emprego, as condições que obrigatoriamente foram citadas nos requisitos especificados para o emprego, decorrentes da impossibilidade da Prefeitura Municipal de Piracicaba em providenciar adaptações individuais específicas para que o candidato desempenhe adequadamente o emprego para o qual se candidatou, incluindo o fornecimento de órteses, próteses e outros materiais e meios necessários para se fazer entender, ler ou ir e vir.
6. Será considerado aprovado, possibilitando a pertinente contratação, o candidato que obtiver a classificação como "plenamente apto" ou "apto com restrições" para o exercício das atribuições do emprego a que se candidatou.
7. Aqueles que obtiverem a classificação de "inapto" pelo médico examinador singular e/ou ratificados pelo Coordenador do Serviço de Engenharia e Segurança no Trabalho da Prefeitura do Município de Piracicaba, serão considerados eliminados do Concurso Público, sendo vedada a sua contratação.
8. Os considerados "inaptos" poderão no prazo de 3 (três) dias da data da comunicação da inaptidão, interpor recurso junto ao SESMT, uma única vez, mediante solicitação expressos, anexando obrigatoriamente atestados médicos emitidos em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº



- 1.851/2008, fundamentados por duas manifestações médicas particulares que atestem saúde perfeita do candidato, e se for o caso, anexando cópia autenticada dos resultados de exames subsidiários que pretender acostar.
- Por ocasião do recurso, o Coordenador do SESMT decidirá sobre a divergência, pronunciando-se no prazo de até 15 dias ao da data do recebimento do recurso.
  - Dado o seu caráter eliminatório, o não comparecimento para realização dos Exames Médicos indicados nas datas e horários agendados pela SEMAD (Secretaria Municipal de Administração) e comunicados previamente ao candidato, por e-mail ou telegrama, implicará na sua eliminação do Concurso Público.
  - A comunicação da aptidão para fins de autorização da posse será feita diretamente entre SESMT e o departamento competente da SEMAD, via internet, e somente poderá ser feita depois da emissão do respectivo "ASO ADMISIONAL" com a aposição da assinatura do Coordenador do SESMT, dispensando a disponibilização dos respectivos ASO's aos candidatos.
  - Estes ficaram arquivados no SESMT, sendo que a primeira via selada ficará em arquivo deste setor para fins de fiscalização, e a segunda via será compulsoriamente anexada ao Prontuário Médico Funcional do Servidor.
  - O candidato portador de deficiência aprovado no Concurso Público, quando convocado, antes do exame médico admissional deverá submeter-se a exame médico pericial que será realizado pela equipe médica do SEMPEM (Serviço Municipal de Perícias Médicas) com a finalidade de confirmar de modo definitivo, a deficiência alegada e se esta se enquadra na previsão do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações e alterações do Decreto Federal nº 5.296/04, Súmula do STJ 377/09, assim como se observará se há compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do emprego a ser ocupado.
  - O candidato deverá comprovar a condição de Deficiência Física por ocasião do exame médico pericial, que deverá obrigatoriamente coincidir com as que o candidato declarou e especificou quando da inscrição no Concurso Público, mediante laudo médico, (original ou cópia autenticada), expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses anteriores da data do exame pericial, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
  - O SEMPEM notificará diretamente ao SESMT esta condição, autorizando a convocação para a realização do exame médico admissional.
  - Os que não tiverem confirmada a condição poderão no prazo de 3 (três) dias da data da comunicação da inaptidão, interpor recurso junto ao SESMT, uma única vez, mediante solicitação expressa, anexando obrigatoriamente atestados médicos emitidos em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.851/2008, fundamentados por duas manifestações médicas particulares que atestem saúde perfeita do candidato, apesar da deficiência constatada, anexando cópia autenticada dos resultados de exames subsidiários que pretender acostar, ocasião em que o Coordenador do SESMT decidirá sobre a divergência, pronunciando-se no prazo de até 15 dias ao da data do recebimento do recurso. Não havendo a confirmação da condição de portador de deficiência o candidato será eliminado.
  - O candidato portador de deficiência aprovado no Concurso Público, quando convocado para o exame médico admissional terá verificada a análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho obedecendo ao disposto na lei municipal 1.972/72 e Decretos Municipais relacionados, e no que couber a PCMSO, PPR, Portarias do SEMPEM e ao Código Internacional de Funcionalidade da Organização Mundial de Saúde e consideradas as incompatibilidades indicadas para o desempenho do emprego, decorrentes da impossibilidade da Prefeitura Municipal de Piracicaba em providenciar adaptações individuais específicas para que o candidato desempenhe adequadamente o emprego para o qual se candidatou, incluindo o fornecimento de órteses, próteses e outros materiais e meios necessários para se fazer entender, ler ou ir e vir.
  - Os que não tiverem confirmada a condição poderão no prazo de 3 (três) dias da data da comunicação da inaptidão, interpor recurso junto ao SESMT, uma única vez, mediante solicitação expressa, anexando obrigatoriamente atestados médicos emitidos em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.851/2008, fundamentados por duas manifestações médicas particulares que atestem saúde perfeita do candidato, apesar da deficiência constatada, anexando cópia autenticada dos resultados de exames subsidiários que pretender acostar, ocasião em que o Coordenador do SESMT decidirá sobre a divergência, pronunciando-se no prazo de até 15 dias ao da data do recebimento do recurso. Não havendo a confirmação da condição de portador de deficiência o candidato será eliminado.
  - O candidato portador de deficiência física que obtiver classificação de "apto" no exame médico admissional não poderá, a qualquer tempo, arguir a deficiência apresentada para justificar a concessão de readaptação, licença por motivo de saúde ou aposentadoria por invalidez.
  - Orientações sobre critérios e ponderações específicas para os médicos do SESMT por ocasião das avaliações admissionais:
    - Serão observados pelos médicos examinadores e pelo Coordenador do SESMT para a análise dos dados clínicos e/ou de exames subsidiários.
    - A aplicação do raciocínio hipocrático com base na semiótica e propedêutica médica, sendo a percepção clínica soberana a qualquer outra, inclusive as de negatividade e/ou positividade de exames subsidiários.
    - A classificação indicada como requisito para cada emprego no que se refere ao adequado desempenho da atividade do ponto de vista físico e mental que poderá ser:
      - Trivial (Não requer ponderação específica);
      - Bom (Requer ponderação específica havendo impedimentos devido a riscos genéricos relativos para o trabalhador e/ou para terceiros);
      - Ótimo (Requer ponderação específica havendo impedimentos devido a riscos genéricos absolutos para o trabalhador e/ou para terceiros);
      - Superior (Requer teste de desempenho específico a ser realizado sob medições a análises específicas).
  - Notada pela avaliação clínica e/ou de exames subsidiários a indicação e/ou constatação da presença de quadro nosológico, uso de medicamentos e/ou de tratamentos médicos, fisioterápicos e outros, não informados pelo candidato, mesmo que crônico ou agudo, por ocasião da solicitação de respostas ao questionário ocupacional,
  - Oportunamente observadas pelo médico examinador e/ou pelo Coordenador do SESMT, serão consideradas omissões graves e tornam, compulsoriamente, o candidato "inapto".
  - A presença de determinadas doenças e/ou condições pré-existentes, mesmo que estabilizadas, poderão a critério do médico examinador ser elementos indicativos de inadequação para o labor, e obrigatoriamente deverão ser informadas ao Coordenador do SESMT a quem caberá a decisão final quanto à consideração de "apto" e/ou "inapto".
  - A positividade dos exames subsidiários, mesmo que passíveis de tratamentos em curto período, por indicarem risco epidemiológico para o trabalhador e/ou terceiros, será considerado como fator absoluto para indicação da "inapto" para ponderação do médico examinador, que deverá informar ao Coordenador do SESMT a quem caberá a decisão final quanto à consideração de "apto" e/ou "inapto".
  - A positividade dos exames subsidiários compatível com as informações relatadas no questionário ocupacional, acostadas de relatório médico indicando estabilidade do quadro clínico que não justifiquem intervenções previsíveis e necessárias, não implicando em risco para o trabalhador e para terceiros, poderão ser considerados, a critério do médico examinador, mediante confirmação do Coordenador do SESMT, como "aptos".
  - Serão observados os critérios estabelecidos no Decreto Federal nº 3298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04 e suas alterações que considera pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:
    - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
    - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;
    - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
    - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.
  - Serão observados os critérios estabelecidos no §1º do art. 5º do Decreto Federal nº 5.296/04:
    - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:
      - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com

- deficiência congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
  - deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;
  - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- II-pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- O disposto na alínea anterior aplica-se, ainda, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo.
  - Observar-se-á os critérios da Súmula STJ nº 377: "o portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes".

XV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- O candidato, ao inscrever-se, estará aceitando todas as disposições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente, não podendo alegar desconhecimento de qualquer natureza.
- Qualquer regra prevista neste Edital poderá ser alterada antes da realização das provas, mediante a divulgação oficial do item atualizado.
- O candidato classificado obrigará-se a manter, durante o prazo de validade deste Concurso Público, o seu endereço atualizado para eventuais convocações, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piracicaba, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível ao órgão competente convocá-lo por falta da citada atualização.
- Compete ao Prefeito do Município de Piracicaba a homologação do resultado do Concurso Público. A homologação deverá ser publicada no órgão oficial de imprensa.
- O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, a partir da data de sua homologação, e poderá ser prorrogado por uma vez e por igual período, a juízo da Prefeitura Municipal de Piracicaba.
- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público, ad referendum do Prefeito do Município de Piracicaba.
- A elaboração das provas, sua aplicação e correção, bem como a classificação dos candidatos aprovados, ficarão sob a responsabilidade técnica da empresa CKM Serviços Ltda, devidamente contratada para tal fim.
- O edital deste Concurso Público estará disponível nos sites: [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br) e [www.makiyama.com.br](http://www.makiyama.com.br), sendo publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

Piracicaba, 09 de setembro de 2013  
Prefeitura Municipal de Piracicaba

ANEXO I – CRONOGRAMA – PIRACICABA – AGENTE COMUNITÁRIO

EVENTO	PERÍODO / DATA
Divulgação e Publicação do Edital de Concurso	10/09/2013
Período de Recebimento das Inscrições	10/09/2013 a 22/09/2013
Período de Entrega da Documentação para os Portadores de Deficiências	10/09/2013 a 22/09/2013
Último Dia para pagamento do Boleto referente à Taxa de Inscrição	23/09/2013
Divulgação e Publicação das Inscrições Deferidas e Indeferidas	01/10/2013
Período de Recurso contra as Inscrições Indeferidas	02 e 03/10/2013
Divulgação e Publicação do Resultado dos eventuais Recursos contra o Indeferimento das Inscrições	11/10/2013
Divulgação e Publicação do Edital de Convocação para a Prova objetiva	20/10/2013
Aplicação da Prova objetiva	20/10/2013
Divulgação e Publicação dos Gabaritos Preliminares	21/10/2013
Período de Recurso contra os Gabaritos Preliminares	22 e 23/10/2013
Divulgação e Publicação do Resultado dos eventuais Recursos contra os Gabaritos Preliminares	05/11/2013
Divulgação e Publicação do Resultado da Prova – Classificação	05/11/2013
Período de Recurso contra o Resultado da Prova - Classificação	06 e 07/11/2013
Divulgação e Publicação do Resultado dos eventuais Recursos contra o Resultado da Prova – Classificação	12/11/2013
Divulgação e Publicação do Edital de Convocação para Comprovação de residência do candidato na área de abrangência inscrita	12/11/2013
Período de entrega dos documentos de comprovação de residência do candidato na área de abrangência inscrita	18/11 a 19/11/2013
Análise dos documentos comprobatórios de residência por parte da Secretaria Municipal de Saúde	20/11/2013 a 01/12/2013
Divulgação e Publicação do resultado da comprovação de residência	03/12/2013
Período de Recurso contra o Resultado da comprovação de residência (os recursos deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Saúde – Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 – 8º andar)	04 e 05/12/2013
Período de Análise dos Recursos por parte da Secretaria Municipal de Saúde	06/12 a 09/12/2013
Divulgação e Publicação do Resultado dos eventuais Recursos contra o Resultado da Comprovação de Residência	10/12/2013
Divulgação e Publicação do Edital de Convocação para o Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada	10/12/2013
Período de realização do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada	14 a 20/12/2013
Divulgação e Publicação do resultado do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada	24/12/2013
Período de Recurso contra o Resultado do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada (os recursos deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Saúde – Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 – 8º andar)	26 e 27/12/2013
Divulgação e Publicação dos eventuais Recursos contra o resultado do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada	31/12/2013
Divulgação e Publicação da Classificação Final (homologação)	31/12/2013



## ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AS BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS PODERÃO SER UTILIZADAS PELAS BANCAS REALIZADORAS DAS QUESTÕES, MAS ESTE REFERENCIAL NÃO RETIRA O DIREITO DA BANCA DE SE EMBASAR EM ATUALIZAÇÕES, OUTROS TÍTULOS E PUBLICAÇÕES NÃO CITADAS NESTA BIBLIOGRAFIA. ESTA BIBLIOGRAFIA TEM APENAS O CARÁTER ORIENTADOR.

"As provas serão elaboradas com base nas Regras Ortográficas vigente, considerando que as novas regras do acordo ortográfico será obrigatório no Brasil, em caráter definitivo a partir de 31 de dezembro de 2015, de Acordo com a alteração do Decreto nº 6.583 de 27/12/2013.

## LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa têm por objetivo verificar a capacidade de leitura, compreensão e interpretação de texto, bem como, a habilidade de usar a linguagem como meio para produzir, expressar e comunicar ideias em diferentes situações. Técnicas de Redação,

Interpretação e Compreensão de textos. Gramática; Fonologia; Ortografia; Morfologia; Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Acentuação Gráfica; Crase; Pontuação.

A prova de Língua Portuguesa será elaborada com base na Regra Ortográfica vigente, considerando que as novas regras do acordo ortográfico, serão obrigatórias no Brasil, em caráter definitivo, a partir de Janeiro de 2016.

## MATEMÁTICA

Noções de conjunto. Conjunto dos números naturais. Operações. Conjunto dos números inteiros. Operações. Conceito de fração. Operações elementares com frações. Aplicações. Números decimais; operações com decimais. Aplicações. Regra de três simples, aplicações. Cálculo de porcentagens, juros simples. Unidades de comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Cálculo do perímetro e área de figuras planas. Problemas de raciocínio lógico. Situações Problemas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos; Interpretação demográfica; Conceito de territorialização, micro-área e área de abrangência; Indicadores epidemiológicos; Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doenças da população; Critérios operacionais para definição de prioridades: indicadores sócio-econômicos, culturais e epidemiológicos; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade, outros; Sistema de informação em saúde; Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processo migratório, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infra-estrutura básica, outros; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas; Intersetorialidade: conceito e dinâmica político-administrativa do município; Informação, educação e comunicação: conceitos, diferenças e interdependência; Formas de aprender e ensinar em educação popular; Cultura popular e sua relação com os processos educativos; Participação e mobilização social: conceitos, fatores facilitadores e/ou dificultadores da ação coletiva de base popular; Lideranças: conceitos, tipos e processos de constituição de líderes populares; Pessoas portadoras de necessidades especiais; abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direito legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Estatuto da criança e do adolescente e do idoso; Noções de ética e cidadania.

Programa Saúde da Família. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento básico. Noções básicas de saúde pública: Ações de Saúde da Criança, do Adolescente, do Homem, da Mulher e do Idoso. Saúde mental, Atenção à pessoa com deficiência. Violência familiar. Doenças transmitidas por vetores. Visita domiciliar; Portaria 2488 de 21/10/2011;

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **O trabalho do agente comunitário de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 84 p. : il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) - Disponível em [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual\\_acs.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_acs.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia prático do agente comunitário de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 260 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) - Disponível em [http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/guia\\_acs](http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/guia_acs)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço** / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p.: il. – (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 8) – (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 131). 1. Violência domiciliar. 2. Profissionais em saúde. 3. Saúde pública. I. Brasil. Ministério da Saúde. II. Brasil. Secretaria de Políticas de Saúde. III. Título. IV. Série. - Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **O agente comunitário de saúde no controle da dengue** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 36 p. : il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) 1. Dengue. 2. Agente comunitário de saúde (ACS). 3. Auxiliares de saúde comunitária. I. Título. II. Série. - Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agente\\_comunitario\\_saude\\_dengue.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agente_comunitario_saude_dengue.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentação e nutrição para as famílias do programa bolsa família : manual para os agentes comunitários de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 36 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) 1. Alimentação e nutrição. 2. Direito humano à alimentação adequada. 3. Promoção da saúde. I. Título. II. Série. - Disponível em [http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual\\_acs\\_2010\\_2011.pdf](http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_acs_2010_2011.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **A B C D E das hepatites virais para agentes comunitários de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 60 p. : il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). 1. Hepatite viral. 2. Agravos à saúde. 3. Agente Comunitário de Saúde (ACS). I. Título. II. Série. - Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcde\\_hepatites\\_virais\\_agentes\\_comun.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcde_hepatites_virais_agentes_comun.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de anemia falciforme para agentes comunitários de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 16 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). 1. Anemia falciforme. 2. Doença falciforme. 3. Saúde pública I. Título. II. Série. - Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_anemia\\_falciforme\\_agentes\\_comunitario.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_anemia_falciforme_agentes_comunitario.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **O trabalho dos agentes comunitários de saúde na promoção do uso correto de medicamentos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. – 2. ed. rev. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 72 p. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). 1. Uso de medicamentos. 2. Agente comunitário de saúde. 3. Saúde pública. I. Título. II. Série. - Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/trabalho\\_agentes\\_saude\\_promocao\\_medicamentos.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/trabalho_agentes_saude_promocao_medicamentos.pdf)



# DENGUE MATA. ELIMINE OS CRIADOUROS JÁ!

## Vasos e plantas

Elimine ou fure todos os pratos de vasos e xaxins. Lave os pratos das plantas de três em três em dias.



## Calhas e Lajes

Mantenha limpas as calhas, lajes e piscinas. Estes locais necessitam de cuidados especiais. Isto evita que estes locais se tornem criadouros.



## Entulhos

Todo o material que acumule água, deve ser colocado no lixo. As latas de lixo devem estar tampadas e em lugar coberto, pois a tampa pode servir de criadouro.



## Pneus e Garrafas

Pneus velhos: fure-os e guarde em local coberto, protegido da chuva. Garrafas velhas devem estar sempre vazias e de cabeça para baixo.



## Bebedouros de animais

Se tiver animais, lave os depósitos de água com escova ou bucha e troque a água a cada dois dias.



## Caixas d'água e cisternas

Caixas d'água, tambores, poços e cisternas devem ficar bem fechados e sem frestas. Colocar uma tela no cano do respiro (ladrão).





## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Departamento Financeiro  
COMUNICADO

Comunicamos que foi HOMOLOGADO, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a decisão de aplicar à empresa **HARLEY DA SILVA DUARTE - EPP**, Rua Santa Helena, 451 – Bairro Paulicéia – Piracicaba SP, CNPJ 11.101.710/0001-24 – IE 535.467.390.118, penalidade de suspensão pelo prazo de 02 (dois) anos e multa 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, pelo descumprimento do contrato referente Edital nº 189/2012 – Pregão Eletrônico. Diante do exposto, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventual interposição de recursos.

Em, 05 de setembro de 2013.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Piracicaba vem por meio deste, notificar a empresa Dimaci/MG Material Cirúrgico Ltda que foi arquivado Processo Administrativo para apurar possível infração contratual referente ao pregão eletrônico 06/2013.

Piracicaba, 09 de setembro de 2013.

Dr. Pedro Antônio de Mello  
Secretário Municipal de Saúde

## SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE CONTROLE AMBIENTAL

EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Piracicaba, 04 de setembro de 2013.

Licença para Funcionamento em Horário Especial das 08 as 22 horas.

Protocolo n.º 98.252/2.012 – Carlos Santos Alves da Silva ME – CONCEDIDO  
Protocolo n.º 117.460/2.012 – Milene Camossi ME – CONCEDIDO  
Protocolo n.º 25.092/2.013 – Devair Pereira Gomes ME – CONCEDIDO

Licença para Funcionamento em Horário Especial

Protocolo n.º 80.005/2.013 – Natan Lauar Alecrim – INDEFERIDO  
Protocolo n.º 76.909/2.013 – Joao Batista Lima ME – INDEFERIDO  
Protocolo n.º 42.434/2.013 – Elicarlos de Oliveira Seles ME – INDEFERIDO

Pedidos de Cancelamento de Autos de Infração:

AI 17.452 – Maria Cristina Rezende Gonçalves – DEFERIDO  
AI 5.444 – Jaime Antonio Bacchim – DEFERIDO  
AI 5.625 – Herminio Jorge de Mores – DEFERIDO  
AI 17.620 – Ana Paula de Azevedo Dutra – DEFERIDO  
AI 5.862 – Ewerton Barbosa de Mello – INDEFERIDO  
AI 5.691 – Antonio Augusto Junqueira – INDEFERIDO  
AI 5.737 – Tania Maria Fessel – INDEFERIDO

Redução de Auto de Infração em 90% do valor - DEFERIDO.

AI 17.461 – Leonel Jose Costa  
AI 16.685 – Jonas de Almeida Sales  
AI 16.939 – Federação Paulista de Criadores de Pássaros

Prorrogação de Prazo

Notificação Preliminar n.º 49.859 – American Tower do Brasil – CONCEDIDO – 75 (setenta e cinco) dias  
Notificação Preliminar n.º 40.948 – Silfer Produtos Siderurgicos Ltda – CONCEDIDO- 60 (sessenta)

Autorização para Uso de Área Pública

Protocolo n.º 92.666/2.013 – SEMAC – Praça José Bonifácio – Autorização n.º 015  
Protocolo n.º 105.763/2.013 – S.M.S. – Praça José Bonifácio – Autorização n.º 017  
Protocolo n.º 111.052/2.013 – SEMAC – Praça José Bonifácio – Autorização n.º 018  
Protocolo n.º 114.534/2.013 – Colégio Tales de Miletto Piracicaba – Autorização n.º 019

TECN.º AMB.º REINALDO RABELO FILHO  
Chefe da Divisão de Controle e Fiscalização

ENG.º AGR.º FRANCISCO ROGERIO VIDAL E SILVA  
Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente

## SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO  
COMUNICADO

SUPRICEL CONSTRUTORA E INCORP. LTDA.  
Protocolo n.º- 75.515/2013.

À Divisão de Cadastro Técnico, Setor de Desenho, analisou a solicitação de Retificação de Área referente ao Protocolo n.º 75.515/2013. Durante o processo averiguamos algumas inconsistências e assim, objetivamos esse comunicado visando sanar e solucionar tais inconsistências para conclusão da solicitação.

Solicitamos o comparecimento a Prefeitura Municipal de Piracicaba, Divisão de Cadastro Técnico para maiores informações relacionadas a necessidade de correção na descrição das matrículas retificadas e anexas no referido protocolo. As matrículas envolvidas são: 5.681, 11.071, 11.072, 11.073, 11.074, 12.065 e 12.069 do 2º CRI. Algumas das matrículas citadas se encontram com descrições inconsistentes para sua reprodução e posicionamento espacial em relação aos seus confrontantes.

Com tais esclarecimentos e amparo técnico dar-se-á continuidade a Identificação Cadastral a retificação de Área solicitada de forma a resguardar a Prefeitura Municipal de Piracicaba de possíveis inconsistências.

Piracicaba, 10 de Setembro de 2013

## 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

Prezada Senhora,

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 196ª sessão realizada na data de 26/08/2013, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

**PROCESSO Nº. 42.793/2013**

**MATÉRIA:** Isenção de IPTU

**RECORRENTE (A):** Hayde de Castro Farias

**RECORRIDO:** PMP

**CONSELHEIRO RELATOR (A):** JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

**CONSELHEIROS PRESENTES:** RENATO LEITÃO RONSINI, ANDRÉA PÁDUA DE PAULA, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, FABIANO RAVELLI, MAYCON MORGADO e RODRIGO PRADO MARQUES (titulares), ANTONIO CARLOS DOS REIS, MÁRCIO ANTONIO BARBON, ANTONIO PEDRO CARVALHO e HELENA MARIA GAMA DE AQUINO (suplentes).

**DECISÃO:** NPJ – NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE – Recurso Ordinário.

A recorrente ingressou com pedido de remissão de crédito tributário referente aos exercícios de 2000 a 2013, sob fundamento de preencher os requisitos da Lei 3423/92, alterada pelo Decreto Lei 224/2008. Em sede de sustentação oral, as proprietárias Rosângela e Thaís Roberta Farias de Godoy compareceram à sessão de julgamento e em que pese à clareza nas argumentações, entendo que não conseguiram obter êxito na demonstração de estarem em situação de penúria, ao contrário, reforçaram a necessidade de comprovação documental. Após a sustentação oral e juntada de novos documentos, entendo que a requerente não faz jus ao benefício pelo fato de não preencher os critérios exigidos por lei. Diante do exposto, como a recorrente comprovou possuir condição financeira satisfatória e uma das proprietárias possuir outros 2 (dois) imóveis, pelo meu voto mantenho inalterada a r. decisão de fls. 19 para negar a remissão dos créditos tributários relativo ao IPTU e TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS dos exercícios de 2000 a 2013, visto os proprietários não estarem em situação de hipossuficiência. Aprovado por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI  
Presidente

Hayde de Castro Farias  
Rua das Azaleas, 390 – Nova América – Piracicaba - Cep.: 13.405-083 – SP

Prezada Senhora,

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 196ª sessão realizada na data de 26/08/2013, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

**PROCESSO Nº. 53.136/2012**

**MATÉRIA:** Isenção de IPTU

**RECORRENTE (A):** PMP

**RECORRIDO:** Crisalida Rodrigues Garcia

**CONSELHEIRO (A) RELATOR (A):** JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

**CONSELHEIROS PRESENTES:** RENATO LEITÃO RONSINI, ANDRÉA PÁDUA DE PAULA, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, FABIANO RAVELLI, MAYCON MORGADO e RODRIGO PRADO MARQUES (titulares), ANTONIO CARLOS DOS REIS, MÁRCIO ANTONIO BARBON, ANTONIO PEDRO CARVALHO e HELENA MARIA GAMA DE AQUINO (suplentes).

**DECISÃO:** NPJ – NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE – Recurso de Ofício.

A recorrente pleiteou em data de 13 de abril de 2012, a remissão de crédito referente ao IPTU de 2002, 2010 e 2011, sob alegação de estar desempregada, despejada do imóvel em questão e cessação de recebimento de seguro desemprego e do auxílio-doença. O processo foi julgado sem a realização de estudo socioeconômico e tempestivamente houve recurso ordinário que dele conheço. Nobres Conselheiros, o pedido poderia ser provido se o imóvel em questão pertencesse a recorrente. Após a conversão do julgamento em diligência apurou-se que o imóvel em questão deixou de pertencer à recorrente antes mesmo de seu pedido formulado em 18 de março de 2013. É certo que em data de 23 de setembro de 2012 o MM. Juiz determinou a expedição de Carta de Adjudicação ao arrematante e este deixou de informar o cadastro da Prefeitura acerca da transferência de propriedade. Deferir o pedido será beneficiar quem não tem interesse, basta verificar que o recorrente quando da propositura da ação de cobrança sob nº 0016495-57.2005.8.26.0451(451.01.2005.016495) não pertencia a ela. Diante do exposto, pelo meu voto a r. decisão de fls. 22 não merece qualquer reparo, devendo assim ser mantido o indeferimento do pedido de remissão de crédito tributário relativo aos IPTU e Taxa de 2002, 2010 e 2011, porque, a recorrente além de não residir no imóvel, também não é sua proprietária. Aprovado por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de

Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI  
Presidente

Crisalida Rodrigues Garcia  
Rua Dom Pedro II, 2244 – Nova América – Piracicaba – SP  
CEP: 13.417-792

Prezado Senhor,

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 196ª sessão realizada na data de 26/08/2013, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

**PROCESSO Nº. 54.887/2011**

**MATÉRIA:** Isenção de IPTU

**RECORRENTE (A):** PMP

**RECORRIDO:** Luiz Angelo Marchini

**CONSELHEIRO (A) RELATOR (A):** JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

**CONSELHEIROS PRESENTES:** RENATO LEITÃO RONSINI, ANDRÉA PÁDUA DE PAULA, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, FABIANO RAVELLI, MAYCON MORGADO e RODRIGO PRADO MARQUES (titulares), ANTONIO CARLOS DOS REIS, MÁRCIO ANTONIO BARBON, ANTONIO PEDRO CARVALHO e HELENA MARIA GAMA DE AQUINO (suplentes).

**DECISÃO:** NPJ – NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE – Recurso de Ofício.

Distribuiu-se em data de 26 de abril de 2011, o pedido de isenção de IPTU/2011 do imóvel matriculado sob nº 63.813, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Piracicaba/SP, cadastrado junto à recorrida no Setor 51, Quadra 0009, Lote 0116, CPD 1495810 de valor venal do terreno R\$ 1.747.302,96 (hum milhão, setecentos e quarenta e sete mil trezentos e dois reais e noventa e seis centavos), sob a alegação de modificação do lançamento do IPTU incidente sobre a área, pelo fato de manter na referida área criação de animais com atividade exclusiva de exploração vegetal. O recorrente ao interpor recurso ordinário manifestou o desejo de sustentá-lo oralmente. Como o recorrente não trouxe documentos que comprovassem a efetiva exploração econômica e que a sua destinação estava ligada à atividade rural, a solução será manter na íntegra a decisão de primeira instância administrativa, até porque, ao contrário do que precisava comprovar, restou provado que a destinação do referido imóvel é de interesse imobiliário. Desta forma, mantenhamos o indeferimento firmado em primeira instância. Aprovado por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI  
Presidente

Luiz Angelo Marchini  
Av. Dona Jane Conceição, 1196 – Paulista – Piracicaba – SP  
CEP: 13.403-030

## SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO E DIVULGAÇÃO  
Expediente do dia 6 Setembro 2.013

Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados
003662/2013	JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE PIRACICABA
003663/2013	SEMAE
003664/2013	JOSE ANTONIO DA SILVA
003665/2013	JOSE GRANUZZIO
003666/2013	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
003667/2013	COMGÁS - CIA DE GÁS DE SÃO PAULO
003668/2013	COMGÁS - CIA DE GÁS DE SÃO PAULO
003669/2013	TELEFONICA BRASIL S/A
003670/2013	COMGÁS - CIA DE GÁS DE SÃO PAULO
003671/2013	SANTO ANTONIO EMP. IMOB. E PART. LTDA
003672/2013	SANTO ANTONIO EMP. IMOB. E PART. LTDA
003673/2013	SIMONE BELLATO
003674/2013	R.S.P.P. COM. DE ART P/ ANIMAIS LTDA - EPP
003675/2013	MIZUEL MARTINS FILHO
003676/2013	IVALSAN INDÚSTRIA E COM. DE VALVULAS E CONEXÕES LTDA. - ME
003677/2013	LILIANE ALMEIDA SILVA
003678/2013	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
003679/2013	SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL
003680/2013	JOAO BATISTA ALVES

Despachos

Protocolos	Processo	Interessado
003135/2013	002100/2013	JAIME BARBOSA: "Concluído".
003495/2013	001397/2013	MADIERE INCORPORAÇÃO SPE LTDA: "Concluído".
003499/2013	002316/2013	VANESSA MIORI BIANCHIM: "Indeferido".
003551/2013	002341/2013	FÁBIO LUIS REZENDE: "Deferido".
003574/2013		VEREADOR RONALDO M. DA SILVA: "Concluído".
003635/2013		ANTONIO CARLOS DA SILVA: "Deferido".
003641/2013	001397/2013	MADIERE INCORPORAÇÃO SPE LTDA: "Concluído".
003646/2013	002385/2013	MARCELO BAPTISTA GALDI: "Deferido".
003662/2013	000002/2013	JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL: "Concluído".
		DE PIRACICABA
003669/2010	002386/2010	CONSÓRCIO COM-CESBE: "Arquivado".

SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO E DIVULGAÇÃO  
Expediente do dia 9 Setembro 2.013

Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados
003681/2013	SILVIA ADRIANA CAMPOS DA ROCHA
003682/2013	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
003683/2013	CAROLINO NUNES DA SILVA
003684/2013	CARLOS ALEXANDRE RIBEIRO
003685/2013	VEREADOR JOSE BENEDITO LOPES
003686/2013	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
003687/2013	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
003688/2013	CARLOS ROBERTO DA SILVA
003689/2013	JOSE MILTON RODRIGUES
003690/2013	SETOR DE ALMOXARIFADO
003691/2013	JOÃO ADALSON DE OLIVEIRA
003692/2013	LEANDRO BARREIROS VIANA DA SILVA
003693/2013	JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE PIRACICABA
003694/2013	SELETIVA SERVIÇOS DE LIMPEZA, PORTARIA E MANUTENÇÃO LTDA. - EPP
003695/2013	JOAO OSCAR RIBEIRO
003696/2013	JACIR DOS SANTOS BITENCORT

Despachos

Protocolos	Processo	Interessado
002327/2013	001624/2013	DANIEL MACHUCA: "Concluído".
002899/2013	001704/2010	ARACONS CONSTRUTORA LTDA.: "Concluído".
003087/2013	003065/2012	MOGNO CONTR. E INCORP.: "Concluído".
003299/2013	001182/2011	ELLEN GAESKI JOSÉ: "Arquivado".
003326/2013	001704/2010	ARACONS CONSTRUTORA LTDA: "Concluído".
003392/2013	002259/2013	UMBERTO ANTONIO GIANETTI: "Arquivado".
003537/2013	002332/2013	RICARDO FEDRIZZI: "Indeferido".
003557/2013		SANDRA REGINA COPLETTI: "Concluído".
		PRESOTTO
003558/2013		SANDRA REGINA COLETTI PRESOTTO: "Concluído".
003559/2013		OSMAIR JOSE COLETTI: "Concluído".
003560/2013		IVONE APARECIDA PANTAROTO: "Concluído".
003561/2013		ESTRELA ADMINISTRADORA S/C LTDA: "Concluído".
003562/2013		SERGIO ANTONIO ARTHUSO: "Concluído".
003569/2013	001029/2007	JF INCORP., COM E EMP. LTDA: "Concluído".
003573/2013	002469/2010	LEANDRO LEAL FURLAN: "Concluído".
003577/2013	002349/2013	COMGÁS - CIA DE GÁS DE SÃO PAULO: "Concluído".
003587/2013		CARMEM FERRO DE OLIVEIRA: "Concluído".
003588/2013		PAULO SERGIO PETROCELLI: "Concluído".
003589/2013		ANTONIO FRANCISCO TREVISAN: "Concluído".
003590/2013		MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES: "Concluído". S/A
003605/2013	002367/2013	CELINA WEISER: "Deferido em Parte".
003615/2013		SUELI CRISTINA GARDIN MONTEIRO: "Deferido".
003627/2013	002377/2013	OTACILIO FERREIRA DA SILVA: "Indeferido".
003637/2013	002381/2013	GRACE KELLY ANDRADE DE: "Indeferido".
003642/2013	001398/2013	MADIERE INCORPORAÇÃO SPE LTDA: "Concluído".
003656/2013	002390/2013	EUSLAINE CRISTINA DA SILVA: "Indeferido".
003675/2013	002402/2013	MIZUEL MARTINS FILHO: "Indeferido".
003682/2013	002408/2013	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: "Deferido".

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2013 - PROCESSO 1920/2013  
OBJETO: FORNECIMENTO DE UM SISTEMA PARA ARMAZENAMENTO DE CAL HIDRATADA EM SILO, DESCARREGAMENTO, PESAGEM E PREPARO DE SUSPENSÃO DE CAL, PARA USO EM TRATAMENTO DE ÁGUA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, BEM COMO REALIZAÇÃO DAS OBRAS CIVIS NECESSÁRIAS À INSTALAÇÃO DO SISTEMA, PARA USO NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA 1 E 2. Após análise das propostas, guiando-se pelos preceitos da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, bem como pelo Edital, a Comissão deliberou por DESCLASSIFICAR ambas as licitantes; quais sejam: 1) GUARUJÁ EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO LTDA., por apresentar proposta com valor global acima do máximo estipulado pelo SEMAE no item 9 do edital, e conforme determina seu item 12.4.2., bem como a o artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93; e 2) GRUPIONI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. por apresentar especificações técnicas e materiais diversos do estipulado no Termo de Referência integrante do edital. Esta decisão ficará disponibilizada na Internet, através do site do SEMAE, ([www.semaepiracicaba.sp.gov.br](http://www.semaepiracicaba.sp.gov.br)), e seu extrato publicado no Diário Oficial do Município, cuja respectiva data será tomada como base para recurso administrativo. Após a transcorrência do prazo recursal, poderá a Administração valendo-se do disposto ao § 3º, do art. 48, da Lei Federal de Licitações, e do disposto no edital em seu item 12.12., fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para que as licitantes, se assim desejarem, apresentem novas propostas excluídas às causas que ensejaram a desclassificação

Piracicaba, 09 de setembro de 2013.

Alessandro Arino Ghiselli  
Presidente da Comissão

### COMISSÃO PERMANENTE SINDICANTE

Danielle Pacheco de Souza Santim, Presidente da Comissão Permanente Sindicante, constituída pelo Ato nº. 945, de 21 de dezembro de 2012, em cumprimento ao princípio da publicidade, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que por determinação do Sr. Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, foi instaurada sindicância, objeto do processo nº. , visando apurar irregularidades, no âmbito administrativo e disciplinar, em razão de fato envolvendo veículo do SEMAE.

Danielle Pacheco de Souza Santim  
Presidente da Comissão

### COMISSÃO PERMANENTE SINDICANTE

Danielle Pacheco de Souza Santim, Presidente da Comissão Permanente Sindicante, constituída pelo Ato nº. 945, de 21 de dezembro de 2012, em cumprimento ao princípio da publicidade, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que por determinação do Sr. Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, foi instaurada sindicância, objeto do processo nº. 2329/2013, visando apurar irregularidades, no âmbito administrativo e disciplinar, em razão de Boletim de Ocorrência nº. 1609/2013.

Danielle Pacheco de Souza Santim  
Presidente da Comissão

### COMUNICADO

Maria Alice Santos Silva, Presidente da Comissão Permanente Sindicante para apurar possíveis responsabilidades em acidentes de trânsito envolvendo veículos do SEMAE e apurar e avaliar possíveis danos causados por terceiros à Autarquia, ou a terceiros pela Autarquia, nomeada pelo Presidente do SEMAE, Sr. Vlamir Augusto Schiavuzzo, através do Ato nº 948 de 21 de dezembro de 2012, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o Sr. Presidente do SEMAE, determinou a instauração do processo sindicante:

nº 2366/2013

Piracicaba, 09 de setembro de 2013.

Maria Alice Santos Silva  
Presidente da Comissão

### COMUNICADO

Maria Alice Santos Silva, Presidente da Comissão Permanente Sindicante para apurar possíveis responsabilidades em acidentes de trânsito envolvendo veículos do SEMAE e apurar e avaliar possíveis danos causados por terceiros à Autarquia, ou a terceiros pela Autarquia, nomeada pelo Presidente do SEMAE, Sr. Vlamir Augusto Schiavuzzo, através do Ato nº 948 de 21 de dezembro de 2012, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o Sr. Presidente do SEMAE, determinou a instauração do processo sindicante:

nº 2388/2013

Piracicaba, 09 de setembro de 2013.

Maria Alice Santos Silva  
Presidente da Comissão

### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vlamir Augusto Schiavuzzo, Presidente do SEMAE, nomeado através da Portaria n.º 16833, de 02 de janeiro de 2013, cujos poderes foram conferidos pelo § 4º do artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1.969, baseado na documentação contida nos autos e consoante deliberação da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, homologa o Procedimento Licitatório n.º 1731/2013, Tomada de Preços n.º 02/2013, que tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados para a elaboração de estudos técnicos hidrológicos e ambientais para fins de preservação e aumento do potencial hídrico de bacias hidrográficas como alternativa futura de um novo sistema produtor de água bruta, e adjudica o objeto da licitação à empresa VM Engenharia de Recursos Hídricos Ltda – EPP., pelo valor total de R\$ 125.424,79 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte quatro reais e setenta e nove centavos).

Piracicaba, 06 de setembro de 2.013

Vlamir Augusto Schiavuzzo  
Presidente do SEMAE

## PROCURADORIA GERAL

Aditamento ao Contrato de Locação – Locador: USUFRUTUÁRIO SR. OSVALDO LUIS REGONHA. (GOVERNO)  
DO CONTRATO ORIGINAL  
Proc. Admin.: nº 88.183/2008.  
Licitação: Dispensa de Licitação – Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.  
Objeto: locação do imóvel localizado à Rua Dom Pedro I, nº 1.544, Bairro Alto, destinado para o uso da Central de Voluntários.  
Valor: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais.  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Data: 11/08/2008.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR  
Valor: R\$ 2.878,02 (dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e dois centavos) mensais.  
Prazo: 06 (seis) meses.  
Data: 02/09/2013.

Aditamento ao Contrato de Locação – Locador: SR. WALDEMAR AMBRÓSIO. (SAÚDE)  
DO CONTRATO ORIGINAL  
Proc. Admin.: nº 667/2005.  
Licitação: Dispensa de Licitação – Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.  
Objeto: locação do imóvel localizado à Rua Carolina Molon Neme, nº 45, onde funciona a Unidade do Programa de Saúde da Família – Jardim Morada do Sol.  
Valor: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) mensais.  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Data: 01/09/2005.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR  
Valor: R\$ 903,91 (novecentos e três reais e noventa e um centavos) mensais.  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Data: 03/09/2013.

## PODER LEGISLATIVO

### COMUNICADO

Torno público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial 86/2013 (Aquisição de mobiliário e equipamentos de escritório), foi declarado DESERTO pela Pregoeira e Equipe de apoio devido à falta de participantes.

Piracicaba, 10 de setembro de 2013.

João Manoel dos Santos  
Presidente

### HOMOLOGAÇÃO

Torno público para conhecimento dos interessados, que nesta data, HOMOLOGO para todos os efeitos legais, o Pregão Presencial n.º 83/2013 (Aquisição de 06 gravadores de áudio portátil para a Câmara de vereadores de Piracicaba) em favor da empresa: Fácil Comércio de Maquinas e Equipamentos Ltda.-ME, vencedora do Item 1, totalizando a importância de R\$ 8.040,00 (Oito mil e quarenta Reais).

Piracicaba, 11 de setembro de 2013.

João Manoel dos Santos  
Presidente

### HOMOLOGAÇÃO

Torno público para conhecimento dos interessados, que nesta data, HOMOLOGO para todos os efeitos legais, o Pregão Presencial n.º 82/2013 (Aquisição de tela de sombreamento e estrutura metálica incluindo instalação para o estacionamento da Câmara de Vereadores de Piracicaba) em favor da empresa: Polidex Decor em Policarbonato Ltda., vencedora totalizando a importância de R\$ 31.580,00 (Trinta e um mil quinhentos e oitenta Reais).

Piracicaba, 11 de setembro de 2013.

João Manoel dos Santos  
Presidente



Extrato de Contrato

Modalidade: Pregão Presencial n.º 81/2013. Contrato n.º: 75/2013...

Piracicaba, 10/09/2013.

João Manoel dos Santos - Presidente -

Extrato de Contrato

Modalidade: Pregão Presencial n.º 81/2013. Contrato n.º: 73/2013...

Piracicaba, 10/09/2013.

João Manoel dos Santos - Presidente -

Extrato de Contrato

Modalidade: Pregão Presencial n.º 81/2013. Contrato n.º: 74/2013...

Piracicaba, 10/09/2013.

João Manoel dos Santos - Presidente -

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que acha-se aberta nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionada:

Modalidade: Pregão Presencial n.º 92/2013. Objeto: Aquisição de mobiliários e equipamentos de escritório.

Piracicaba, 10 de setembro de 2013.

Kátia Garcia Mesquita - Pregoeira Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que acha-se aberta nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionada:

Modalidade: Pregão Presencial n.º 90/12013. Objeto: aquisição de monitores LCD led 46 polegadas para painel eletrônico.

Piracicaba, 09 de setembro de 2013.

Kátia Garcia Mesquita - Pregoeira Oficial

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2012 CONVOCAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

A Prefeitura do Município de Saltinho CONVOCA, para que se apresente na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, para admissão ao emprego em que foi devidamente aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2012...

- Documentos originais e cópias xerográficas: a) carteira profissional ( atual/anteriores) foto e qualificação civil; b) antecedente criminal-cópia do protocolo -Despachante-Delegacia;

O não cumprimento dos requisitos acarretará na perda do direito à vaga. O local e horário de trabalho será determinado pela administração, o direito a posse ao emprego se dará através de Portaria de nomeação.

Saltinho, 09 de Setembro de 2.013.

ELISÂNGELA APARECIDA TENCA CAMILLI - Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Table with 3 columns: Nome, Classif., Emprego. Row: Elias Foltran Campos, 2º, Técnico em Química

CONTRATO TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL CONVOCAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Considerando não existir remanescente de concurso público para o cargo de Médico Plantonista. Foi autorizado a CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA para o emprego de Médico Plantonista, do Processo Seletivo n. 007/13.

- Documentos originais e cópias xerográficas: a) carteira profissional ( atual/anteriores) foto e qualificação civil; b) antecedente criminal-cópia do protocolo -Despachante-Delegacia;

Saltinho, 20 de Agosto de 2.013.

ELISÂNGELA APARECIDA TENCA CAMILLI - Chefe da Divisão de Recursos Humanos

CONTRATO TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL CONVOCAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Considerando não existir remanescente de concurso público para o cargo de Médico Pronto atendimento. Foi autorizado a CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA para o emprego de Médico Pronto Atendimento, do Processo Seletivo n. 007/13.

- Documentos originais e cópias xerográficas: a) carteira profissional ( atual/anteriores) foto e qualificação civil; b) antecedente criminal-cópia do protocolo -Despachante-Delegacia;

O não comparecimento dentro do prazo será considerado por esta Prefeitura como desistência em assumir o emprego por período determinado ao qual está sendo convocado.

Saltinho, 20 de Agosto de 2.013.

ELISÂNGELA APARECIDA TENCA CAMILLI - Chefe da Divisão de Recursos Humanos

DECRETO N.º 1474, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013. (Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências).

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação do Conselho Municipal de Saúde, para atendimento de legislação superior e da Lei Municipal Nº: 081, de 24 de Outubro de 1.994,

DECRETO :

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde do Município de Saltinho e será composta por 12 (doze) representantes, assim distribuídos:

- I - Representantes dos usuários: a) Sr. Ronaldo Zatarin como titular e Sr. Rivaldalve Gomes dos Santos como suplente; b) Sr. Nadir Guitti Bonato como titular e Sra. Ana Rita Varolo como suplente;

II - Representantes do Executivo: a) Sr. Pedro Otávio Silvestrini como titular e Sra. Elisângela Aparecida Tenca Camilli como suplente.

b) Sr. Francisco Vicente Rosati como titular e Sr. Valdemar José Beltrame como suplente.

III - Representantes da Saúde: a) Srta. Mirela Cassano Battaglia como titular e Sr. José Marley Alves Pereira como suplente.

b) Sr. Mayra Cristina de Campos Prado Hyppolito como titular e Srta. Leandro da Silva Freire como suplente; c) Sr. Rute Alessandra da Silva Nobre como titular e Sra. Rosângela Aparecida Correr como suplente.

IV - Representantes dos prestadores de serviços: a) Srta. Natália Tomazela de Oliveira Rodrigues como titular e Sra. Eliete Ronchi Greco como suplente.

Art. 2º - O exercício das funções dos membros não será remunerado, sendo porém considerado de relevância para o Município.

Art. 3º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde, exercerão suas funções de conformidade com o disposto na Lei Municipal Nº: 081, de 24 de Outubro de 1.994.

Parágrafo Único - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, com direito a recondução.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 5º - Ficam revogadas as disposições contidas no Decreto nº 1460, de 28 de junho de 2013.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 06 de setembro de 2013.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA - Prefeito Municipal -

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI - Diretor Administrativo -

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2013

A Prefeitura do Município de Saltinho, com Paço Municipal à Avenida 07 de setembro, 1733, Centro, Saltinho/SP, telefone (19) 3439-7800, torna público, para conhecimento de interessados, que acha-se aberta a Tomada de Preços nº 010/2013, que objetiva o fornecimento parcelado e a pedido, de peixe, frios, carnes e derivados para merenda escolar.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA - Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL

Administração Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito João Chaddad - Vice-prefeito

Jornalista responsável João Jacinto de Souza - MTB 21.054

Diagramação Centro de Informática Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 Fone: (19) 3403-1031 E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Impressão Gráfica Municipal de Piracicaba Rua Prudente de Moraes, 930 Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 570 unidades Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br



## Terreno sujo dá multa e incomoda seu vizinho.

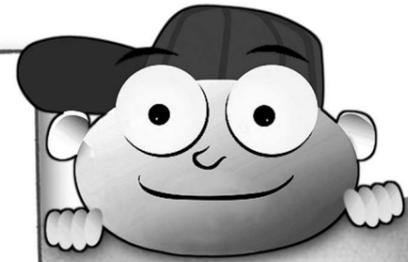
### Limpe seu terreno.

A Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente vem orientando os proprietários de terrenos da necessidade da manutenção da limpeza de seus imóveis.

Preocupado com a irresponsabilidade de centenas de proprietários, a Secretaria formulou nova Lei Municipal, aprovada pela Câmara, que permite ao poder Público que os infratores sejam multados sem aviso prévio.

A falta de limpeza incomoda os vizinhos e traz problemas à saúde pública, porque facilita a proliferação de animais peçonhentos: pequenos roedores, escorpiões, baratas, caramujos etc., sem dizer que material acumulado pode tornar-se criadouro do mosquito transmissor da dengue.

Aos proprietários é proibido também o uso de produtos químicos (herbicidas) e queima das aparas para limpeza de seus terrenos.



#### Você sabia?

Que a Lei Municipal 5.360/2003 obriga o cidadão a manter o terreno de sua propriedade limpo do mato e outros materiais?

A Lei prevê multa para os terrenos com mato acima de 80 cm, inclusive a remoção de aparas e qualquer tipo de entulho.

A valor da multa é de

**R\$ 1,20**  
por m<sup>2</sup>

O valor será dobrado a cada reincidência

